

Desenvolvimento Social

GABINETE DO SECRETÁRIO

Comunicado
Termo de Aditamento - Colaboração Programa Restaurante Popular “BOM PRATO”
Objeto: Fornecimento de refeições por tipo subvenção nos termos do Decreto nº 45.547/2000 e alterações posteriores. Processo SEDS nº 012.00002705/2023-72
Organização Sociedade Civil: Associação Comunitária Sempre Viva
Signatário: Natalia Regina Ferreira Brito
Órgão Público Municipal: Secretaria de Direitos Humanos e Cidadania
Signatário: Sonia Francine Gaspar Marmo
Órgão Público Estadual: Secretaria de Desenvolvimento Social
Signatário: Gilberto Nascimento Silva Junior
Objeto: Fornecimento de refeições por tipo subvenção nos termos do Decreto nº 45.547/2000 e alterações posteriores – Restaurante Popular Bom Prato
Unidade: Parelheiros
Modalidade: Chamamento Público
5º Termo Aditivo – Altera Plano de Trabalho, objetivando o acréscimo de R\$ 960.000,00, sendo R\$ 480.000,00 de responsabilidade da Secretaria e R\$ 480.000,00 de responsabilidade da Prefeitura, correspondentes ao custo total da locação do imóvel, pelo período de 01/07/2023 a 30/06/2025
Origem dos Recursos: Programa 08.306.3518.6001.0000, UO 35009, UGO 350018, UGE 350173, Natureza de Despesa 335043
Valor Total da Parceria: R\$ 11.660.959,26
Data da Assinatura: 27/07/2023
Parecer Referencial: C/JSEDS nº17/2023
Gabinete do Secretário
Comunicado de 09/08/2023
1) Processo SEDS nº 2103651/2019 (598/16) - Instituto Nova União da Arte
APOSTILAMENTO PARA TROCA DE GESTOR DA PARCERIA
O presente instrumento tem como objetivo alterar a Cláusula Terceira, §1.º, do Termo de Fomento celebrado em 17 de agosto de 2018, entre esta Secretaria e o Instituto Nova União da Arte, para que conste, a partir desta data, a seguinte redação:
Fica designado como gestor da parceria original, Oswaldo Santana da Silva Junior – Diretor Técnico II – portador do RG: 21.619.329-1 e CPF: 019.256.828-03.

CONSELHO ESTADUAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONDECA

Aos vinte e um de junho de dois mil e vinte três, às dez horas, reuniu-se, ordinariamente, o Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente do Estado de São Paulo – CONDECA-SP, situado na Rua Boa Vista, nº 170 – 2º andar – Bloco 5, Centro, São Paulo - SP. A reunião foi presidida pelo Presidente José Armando Hussid, que, observado o quórum regimental, deu a abertura aos trabalhos com a apresentação dos conselheiros e participantes, Janaina Cristina Souza, Sociedade Civil - titular; Valter Espindola, Sociedade Civil - representante do Instituto de Oportunidade Social, titular; Vitor Benez Pegler – Sociedade Civil - titular; Paulo Carvalho, representante da Rede Cidadã, Sociedade civil - suplente; Edson Arantes de Oliveira, representante do Instituto Plural, Sociedade Civil - titular; Marcelo Ferreira, representante da Comunidade Padre Cicero, Sociedade Civil - titular; Marcelo Pereira de Andrade, Serrana, Sociedade Civil – titular; Antônio Jorge dos Santos, Cubatão, Sociedade Civil - titular; Armando Hussid, Sociedade Civil – titular. O Presidente solicita que os membros que estão online se apresentem; Marcos Muniz, Sociedade civil - titular; Jessé Fernandes, Sociedade civil - suplente; como ouvinte Danilo Albert, Mogi Mirim São Paulo. O Presidente solicita que os convidados se apresentem, Mayara Gomes, Assessora da Deputada Marina Helou, presidente e coordenadora das atividades do Comitê Paulista pela Prevenção de Recursos na Adolescência; Thaís Santos, Gerente de projetos do UNICEF; Fernanda Alvarez, da Chefia de Gabinete e responsável pelo controle interno da SEDS; Gabriela Elias , FAPETEC – Fundação de Apoio da Pesquisa, Ensino, Tecnologia e Cultura; Elaine Batista Macena, FAPETEC; Robson Candiani, Coordenador, FAPETEC; Clovis de Souza, SEDS – Secretaria de Desenvolvimento Social; André Gabriel Campos de Oliveira, Assessor Técnico SEDS – Secretaria de Desenvolvimento Social, Armando Broggi, Força Funcad – Movimento de Apoio aos Fundos da Criança e do Adolescente; após as apresentações, o Presidente segue para as pautas previstas, verificando se há alguma inclusão de pauta. O Conselheiro Vitor Benez Pegler solicita inclusão da Comissão Permanente de Trabalho: Finança e Orçamento como pauta; o Conselheiro Marcos Muniz solicita a inclusão conjunta a Comissão de Monitoramento as Comissões Permanentes de Trabalho de Análise Monitoramento e Avaliação de Parcerias – CAMAP e de Legislação, Políticas, Políticas Públicas, Conselhos Tutelares e Planejamento - CLPCC-TP, para apresentar o resumo da reunião que ocorreu em vinte de junho de dois mil e vinte três; o Conselheiro Jessé Fernandes solicita incluir na pauta a questão da vacinação em crianças e adolescentes. Sem mais inclusões, o Presidente deu início a reunião, com a apresentação do resultado da FAPETEC, em que traz os treinamentos com a equipe interna e externa visando a integração e alinhamento técnico. O Coordenador da FAPETEC, Robson Candiani, informa que a prestação de contas foi entregue para a gestão no dia catorze de junho deste ano e no dia vinte de junho foi reiterado, por ofício, a Comissão de Monitoramento esse encaminhamento. O Presidente pergunta se há alguma dúvida com relação a esse informe. O Secretário Executivo do CONDECA, Oswaldo Santana da Silva Junior, comunica que foi encaminhado no dia vinte de junho de dois mil e vinte e três a complementação da documentação faltante da prestação de contas; e com referência ao ofício reiterado e o plano de trabalho pergunta ao Coordenador da FAPETEC se está tudo completo. O Coordenador Robson Candiani informa sobre o envio da documentação solicitada; o Senhor Oswaldo comunica o encaminhamento dos documentos para as Comissões pertinentes. O Chefe de Gabinete da SEDS, Senhor Eduardo Barbin, pede desculpa pela interrupção e informa que sua presença é devido a pauta da reunião do dia vinte de junho do corrente ano, com referência a questão levantada pelas Comissões no tocante ao cuidado em se emitir “notificação” às Organizações Sociais e/ou Prefeituras sobre a necessidade de conversa prévia, momento em que solicita o levantamento do ocorrido com a Instituição de Ribeirão Preto. O Secretário Executivo informa que houve uma comunicação ao CONDECA sobre os acontecimentos na Instituição, no entanto a ação desbordou, provocando a ida do Vice-presidente do Condeca, Roberto Aparecido dos Santos, e do servidor da SEDS Fabio até o local, respeitando de certa maneira os trâmites; então houve o aviso preliminar, houve o anúncio do que seria realizado e do que estava acontecendo, da dificuldade de comunicação, sendo que foi cumprido o que foi conversado ontem. O presidente da Organização, Senhor Edson Arantes de Oliveira, solicitou a fala e informa que está constantemente em reunião com o CONDECA e se havia alguma dificuldade porque não falaram diretamente com ele; o Chefe de Gabinete informa que conversou bastante sobre o assunto na reunião de ontem e perguntou ao Conselheiro e Presidente da Organização se ele acompanhou a execução do projeto; o res-

ponsável informa que não é sua função, se não é função do Presidente, é função do Estado; terminado o projeto a prestação de contas não foi realizada; publicou para apresentar justificativa, sendo que o Estado respeita o espaço da Sociedade Civil agora a Sociedade Civil também precisa entender o espaço do Estado, dessa forma não houve extrapolo de poderes; nossa proposta aqui, desde o início, não é ir além da legalidade, muito pelo contrário é trabalhar dentro da legalidade e transparência para impulsionar o CONDECA; isso é do interesse de todos aqui presentes. A notificação não é um ato extremo, pelo contrário, é um ato inicial, sendo que a publicação em Diário Oficial é o meio de comunicação oficial para o Estado, o princípio da publicidade está expresso na Constituição Federal, em seu artigo 37. Não é intenção do Estado ter uma relação conflituosa, no entanto a legalidade é nossa linha mestra protegendo a Sociedade Civil e o próprio Estado. Todos sabem da importância desse Conselho; enfatizando, ainda, a importância do caminhar junto. O Conselheiros Marcelo Ferreira salienta seguir para o próximo item da pauta que é o momento para alinhamento para o futuro; o Presidente corrobora que essa discussão fique para momento oportuno. O Chefe de Gabinete da SEDS pede desculpas por ter entrado com o assunto, agradece a atenção e deixa a plenária, com o agradecimento dos presentes. Seguindo com os informes, o Presidente solicita que o Vice-Presidente, Senhor Roberto Aparecido, passe as informações sobre o evento no Palácio dos Bandeirantes; o Senhor Roberto Aparecido comunica que o Secretário da SEDS, na semana passada, em reunião com o Governador do Estado de São Paulo, informa sobre a relevância do evento do CONDECA, ficando na espera do agendamento de data, podendo ocorrer em julho ou início de agosto. O Vice-presidente informa que setenta e quatro termos de parcerias estão assinados e trinta em fase de assinatura; totalizando mais de cem projetos com os termos de ajustes, que, simbolicamente, serão assinados pelo Governador, no evento. Trata-se, portanto, de um marco para o CONDECA e para o Estado de São Paulo. O Presidente faz o último informe para a Conselheira Marli Armani sobre o ECA que está sob a responsabilidade da Comissão Permanente de Trabalho: Relações Públicas, Comunicação, Cursos e Capacitações – CRPCC, cuja coordenação dará os encaminhamentos pertinentes, caso necessária, essa Comissão poderá solicitar a colaboração da Conselheira Marli Armani. Ato contínuo, o Presidente segue com a pauta: apresentação do Comitê Paulista pela Prevenção de Homicídios na Adolescência por Thaís Santos, Gerente de projetos da UNICEF, que explica brevemente as ações do UNICEF em São Paulo e aponta a possibilidade de ações conjuntas com o CONDECA. Na sequência, Mayara Gomes, representante da ALESP/Comitê Paulista de Prevenção de Homicídios na Adolescência, Comitê esse do qual UNICEF também faz parte, apresenta o trabalho realizado por esse Comitê que é uma iniciativa conjunta do Governo do Estado, da Assembleia Legislativa e da UNICEF. Finalizada as apresentações, o Conselheiro Vitor Benez Pegler convida a UNICEF para participar da Conferência Estadual. A Conselheira Janaina Cristina de Souza esclarece como opera a Conferência e explana a importância da presença do UNICEF para tratar do assunto, objetivando quiçá uma proposta dos delegados para o Estado. O Presidente parabeniza as apresentações e dá prosseguimento a pauta, momento em que Conselheiros recebem o Código de Conduta Ética do CONDECA. O Presidente solicita a deliberação do CONDECA e informa que esse documento será uma publicação atrelada ao Regimento Interno; o Conselheiro Vitor Benez Pegler completa que todos os itens já estão dentro do Regimento Interno, sendo a proposta incorporar ao Regimento Interno que é o Documento Oficial deste Conselho. Sem mais observação ao Código, o Presidente aprova o documento. Seguindo para a pauta da Conferência; a Conselheira Janaina Cristina faz um breve informe sobre as ações realizadas: doze reuniões em formato online para formar as Comissões Regionais, com a entrega de relatórios de duzentos e sessenta municípios paulistas. Registra o início do processo para a contratação da metodologia, aponta as dificuldades no pregão, provocando a entrada de recurso e que até o momento não obtivemos retorno da SEDS para prosseguimento; o Conselho aguarda para fechar agenda. Esclarece, ainda, que o pregão da infraestrutura ainda não aconteceu, a Comissão Extraordinária de Organização da XII Conferência Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente precisa fazer alguns ajustes e dar o encaminhamento; por essa razão não tem a definição da data de realização. O Presidente segue com a pauta incluída pelo Conselheiro Jessé Fernandes, em que a Conselheira Janaina Cristina de Souza sugere que o CONDECA provoque nova divulgação, uma vez que já foi deliberado a questão da vacinação; Conselheiro Vitor Benez Pegler propõe o seguinte encaminhamento: como o Conselho já tem a deliberação, o que podemos fazer é provocar por ofício a Secretaria Estadual de Saúde para posicionar sobre a situação da vacinação no Estado, ficando essa sugestão deliberada. O Presidente passa a palavra para o Conselheiro Vitor Pegler, Coordenador da Comissão Permanente de Trabalho de Finança e Orçamento, que informa que terá dois assuntos a tratar: o primeiro seria um relatório breve dos dois trimestres referente ao valores do FEDCA – Fundo Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente, comunicando os depósitos significativos no Fundo dos meses de março e abril; acreditamos que a Receita Federal já efetuou o depósito referente ao Imposto de Renda; o Conselheiro Marcos Muniz pergunta qual o mês que ocorre essas transações. O Conselheiro Vitor Benez Pegler informa que foi em maio, o Secretario Executivo informa que os valores do Reciclar de novecentos e trinta e um mil reais, trata-se devolução onde o Conselheiro Vitor informa que não consta esse valor no extrato, sendo informado pelo secretário executivo que deverá somar os valores para chegar no valor de novecentos e trinta e um mil reais, o Presidente pergunta se o valor foi devolvido por não uso da parte da Organização e não glosa, o Secretário Executivo informa que mesmo sem a análise da Prestação de Contas, a Organização já devolveu o valor não utilizado para o FEDCA. Continuando a explanação, o Conselheiro Vitor Pegler informa que o FEDCA tem um milhão, duzentos e vinte mil reais e acredita que até o dia 30 de junho do corrente, teremos mais reforço no caixa do fundo; o Conselheiro solicita a Secretaria Executiva um levantamentos dos valores empenhados para os projetos referentes aos Editais 2018/2019 e 2021/2022, e com esse resultado agendar com o Secretário da SEDS sobre os recursos disponíveis do Fundo para alavancar o Edital temático que é de interesse do Governo do Estado. Ato contínuo, o Conselheiro Vitor Pegler informa sobre a necessidade de lançar um novo Edital, comunicando que o FUNCAD, fundo municipal de São Paulo, já saiu a frente. Sendo salutar essa concorrência com o recurso do Fundo, que não é do Estado, originalmente o dinheiro é das empresas, doação de um por cento do Imposto de Renda; e seis por cento pessoa física, e são as organizações sociais que vão atrás desses depósitos, haja vista que noventa e cinco por centos dos depósitos no FEDCA vem da captação das Organizações Socias; então é necessário o Edital para que as grandes organizações inscrevam seus projetos e o Condeca emita os Certificados de Autorização de Captação de Recurso, o famoso CAC, que precisam ser emitidos entre setembro e outubro, pois a maior parte do recurso, como ocorreu no passado, ou seja, quarenta e cinco milhões de reais entraram no mês de dezembro, mês esse em que ocorre a apuração das empresas no imposto de renda, e essas empresas decidem destinar esse recurso, que é da receita federal para os fundos; voltamos a repetir, não tem um tostão do governo do Estado no nosso Fundo, é dinheiro das empresas, evidentemente, depois que entra, se torna um fundo público. Mas a origem do recurso é privado, nenhum governador, nem mesmo secretário pode solicitar, por exemplo, “manda cem milhões de reais para o Fundo”, isso não existe, nunca houve um centavo do Governo do Estado para nenhum Fundo, nem dentro da Prefeitura do município e qualquer fundo do Brasil, fundo nacional do CONANDA; é só dinheiro de depósito, por essa razão estamos construindo edital, só que todos os anos nós temos

alinhamento político com todos os secretários que por aqui já passaram; foi assim com Senhor Secretário Floriano Pesaro; foi assim com a Secretária Célia Parnes, com o próprio Gilberto Nascimento quando esteve aqui anteriormente e outros Secretários da SEDS; então Senhor presidente, continua o Conselheiro Vitor Pegler, solicitamos agenda da sociedade civil com o Secretário Gilberto Nascimento, uma interlocução direta para alinhar o próximo Edital, politicamente , e pedir a participação de representante da CAS – Coordenadoria da Assistência Social da SEDS; porque nós fizemos um grande estudo desses quatro anos de Edital , cujo resultado atingiu quatrocentos e sessenta dos municípios paulistas; acreditamos que nenhum Estado do Brasil, por meio do seu Fundo estadual, abrangeu tantos municípios; estamos falando de mais de sessenta por cento dos municípios; porém existem ainda duzentos e cinquenta municípios em algumas regiões que precisam ser atingidos e para isso teremos de contar com a CAS; incentivar , porque sabemos, por exemplo, que o Vale do Ribeira é uma região que tem um Decreto em que diz que o recursos precisa chegar, então temos que fazer um alinhamento político com o Secretário junto a CAS; é necessário fazer essa divulgação regional para tentar atingir cem por cento dos municípios do nosso Estado. O Conselheiro Vitor Pegler reforça o pedido de reunião ao Presidente que informa que será agendada a partir da próxima semana; justificando que essa semana o Condeca estará na ALESP. O Conselheiro Vitor Pegler pergunta ao Vice-Presidente do CONDECA se já houve a indicação de membro da ALESP para participar no Conselho; aproveitar da ocasião e falar com dois ou mais deputados para indicar representantes neste CONDECA. Finalizando sua apresentação, o Conselheiro Vitor Pegler parabeniza a equipe da Secretaria Executiva do Condeca pelos mais de cem projetos dos editais já encaminhados para o termo de ajuste, ressaltando que é resultado de um esforço conjunto com a SEDS, em que toda a infraestrutura que hoje o Conselho coloca à disposição da Secretaria, mantendo a credibilidade do Fundo, porque se perdemos a credibilidade dos doadores o Fundo, o Fundo acaba e o Conselho volta a ter o mínimo de servidores. Essa foi uma ação construída por este Conselho, por este grupo político, e que atualmente o FEDCA é o Fundo que mais arrecadou no Brasil; todos estão de parabéns, a Secretaria, os parceiros do Conselho e toda a sociedade civil. Retomada a presidência para a última pauta: Comissão de Monitoramento (FAPETEC), passando a palavra para o Conselheiro Marcos Muniz em que se apresenta e informa que é o coordenador da Comissão Permanente de Trabalho: Legislação, Políticas Públicas, Conselhos Tutelares e Planejamento - CLPCC-TP e da Comissão de Monitoramento e que na data de ontem aconteceu uma reunião para trazer um pouco sobre o que a FAPETEC vem desenvolvendo a respeito do monitoramento dos projetos e toda a parte documentação que é necessária; reforçando a fala do Conselheiro Vitor Pegler de que vem sendo desenvolvido um trabalho interessante e com agilidade; pensando no evento com o Governador, com mais sessenta projetos com termo de ajustes assinados é um marco interessante, legitimidade do trabalho que tem sido feito. Informa, ainda, que a Comissão também fez o encaminhamento para a Secretaria Executiva e consequentemente a Mesa Diretora a respeito do aditamento, que é uma pauta que a gente também está pensando tem a questão do site, transparência; questões que também estamos acompanhando e monitorando, e que teremos de dar as devidas devolutivas aos órgãos de controle. Outro ponto fundamental, registra o Conselheiro Marcos Muniz, diz respeito as publicações em Diário Oficial a respeito de organizações, que geram dúvidas e, para isso, devemos estar alerta e ter os devidos cuidados: primeiro que é prerrogativa da Mesa Diretora efetuar visitas às Organizações; o que julgamos necessário é que se faça um balanço e que sempre nas ações que forem paritárias, como por exemplos, nas visitas ter alguém do Governo e da Sociedade Civil e após essa visita elabore um relatório; é uma ação que dá sentido na transparência, esse é o primeiro ponto que devemos encaminhar, que as visitas que foram feitas tenham relatório dos apontamentos emitidos por meio da Mesa Diretora, pelas Comissões pertinentes e os encaminhamentos e questionamentos saem das Comissões e voltam para a Mesa Diretora, isso faz com que os questionamentos e os entraves sejam tratados conjuntamente; devendo, assim, ter o cuidado dessas publicações, que precisam seguir o rito de passar pela Comissão. Ressalta ainda enquanto coordenador da CLPCCPTM a representação do Estado e da Sociedade Civil. A Coordenação não dá encaminhamento em nada sem o aval de todos os membros; nenhuma ação é individual. Reforça, ainda, o Coordenador que apesar de o Conselho ter explicitado sobre as visitas, sai uma outra publicação que não se sabe de onde e que desconhece o relatório que traz os apontamentos; enfim, esse é um ponto em que o CONDECA precisa debruçar, lembrando que este Conselho possui Comissões pertinentes e são essas Comissões os fluxos das deliberações deste Conselho e que fazem fomento do debate. A plenária e a Mesa Diretora que delibera sobre todos os assuntos, então a gente tem que se reportar a Sociedade Civil, reportar aos fornecedores, reportar aos Órgão de controle e realizar isso conjuntamente, então é importante que tenhamos isso como ponto de observação e pensar como é que iremos tratar o assunto em relação a essas publicações e como é que poderemos fazer os ajustes em relação. Terminando sua explanação, o Conselheiro Marcos Muniz agradece. Ato contínuo, o Conselheiro Antônio Jorge dos Santos reitera que o assunto relacionado as publicações são decisões do Colegiado e que nem sempre a Mesa Diretora tem a autonomia de decidir tudo sozinha, tem assuntos que precisam ser apresentados na plenária; é importante que cada um exerça seu papel, sem extrapolar limites. O Conselheiro reforça que todas as representações feitas por ele são submetidas ao Presidente; porque ninguém está nessa luta sozinha, nem fazendo disso um “cabide político partidário”; não podemos e não vamos fazer isso, precisamos entender e deixar claro, continua o Conselheiro Antonio Jorge dos Santos, por isso essas atitudes não voltem a acontecer e que cada um desempenhe seu papel, até porque, por exemplo, discutimos e expusemos recurso financeiro do Fundo da criança para colaborar com a COED – Coordenadoria de Política sobre Drogas do Estado de São Paulo da SEDS; Conselho está colaborando com o Governo para que os projetos funcionem para que haja uma celeridade, continua o Conselheiro, porque o Governo não tem recursos humanos suficientes para trabalhar; seja nas DRADS – Diretorias Regionais de Assistência e Desenvolvimento Social, ou onde for, tem sido geral e aqui o CONDECA deu conta; o Conselho aprovou e estamos custeando o trabalho desenvolvido pela FAPETEC; temos de explicitar, enquanto Conselheiro, que algumas pessoas não possuem clareza, nem mesmo consciência de que o Conselho é ser normativo, deliberativo e controlador. Esse papel é que todas as decisões são realizadas conjuntamente. O processo passou por várias fases, foi para a Procuradoria Jurídica, um processo longo e demorado, e, então, continua o Conselheiro, não podemos tomar atitudes fora do contexto, porque pode prejudicar e o Tribunal de Contas pode cobrar o Secretário, o Governador; temos bastante gente para fiscalizar, por isso a resposta é dupla, todos respondem por isso. Com o uso da palavra, o Vice-Presidente Senhor Roberto diz que tudo que foi relatado é muito importante, mas não se pode esquecer da prestação de contas. A prestação de contas precisa estar correta; é necessário ver o todo; se der problema para a Organização, continua o Vice-Presidente, vai dar problema para o Estado; quando chega questões do Ministério Público, temos de responder, temos de mostrar toda nossa transparência; daí a exigência da prestação de contas. Precisamos ter toda a transparência referente ao recurso empregado pelas Organizações; uma vez que o recurso entra no Fundo, esse recurso torna público e o Estado precisa responder por esse dinheiro público; somos, portanto, todos responsáveis. O Conselheiro Marcelo Ferreira fazendo uso da palavra reforça o entendimento explanado pelo Conselheiro Antônio Jorge dos Santos em que as coisas precisam ser ditas e talvez não foram, que deveriam terem sido ditas lá no

começo, porém automaticamente já tenha pensado que haja um entendimento, então, devemos ressaltar, o CONDECA é a instância de controle, o Conselho, não o Armando, não o Marcos, não o Antônio Jorge, não o Marcelo, mas o Conselho de Políticas Públicas, o Conselho Estadual é a instância de controle do Poder Público e talvez não o contrário, somos os Órgãos controladores das ações, e esse controle não possível se não obtivermos as informações, continua o Conselheiro Marcelo Ferreira; outra coisa, diz ele, é não transformar a situação em si em um evento casuístico, porque todo o desdobramento dessa semana e das reuniões, inclusive da reunião de ontem, é de que se não houvesse esclarecimento, inclusive foi questionado pelo próprio Secretário Executivo que entendia a situação como perseguição. Vele esclarecer que este Conselho não coloca como perseguição, até porque não estamos encarando a situação como um evento específico de uma Organização e, sim, como um evento de fluxo que precisa ser estabelecido e passado pelo controle, e esse controle é o Conselho. O Vice-Presidente infere que as Organizações mais próximas dos Conselheiros precisam ser acompanhadas, e informa que as OSCs por ele visitadas foi na intenção desse acompanhamento; acompanhar no prosseguimento, na conduta, no fechamento, e ter tudo aprovado na prestação de contas. O CONDECA é o órgão controlador do projeto, da execução, e o Estado como órgão está ali para poder fiscalizar a concessão de bolsa ou profissional; é isso que precisa, aumenta e dá mais credibilidade para organização social. O Conselheiro, novamente ressalta o Vice-Presidente, deve deliberar todas as decisões por meio de suas Comissões; então precisa ter um encaminhamento, quantificando quantas OSC estão pendentes de prestação de contas; fazer uma deliberação em conjunto, para, posteriormente sair uma publicação. Ressalto que as ações que são envolvidas de Comissões e são as Comissões que respondem a tudo que for pertinente; se há urgência, contate o presidente e peça uma reunião extraordinária. A exemplo disso foi a situação dos Projetos de Lei da ALESP que fazia um direcionamento equivocado do fundo da criança e do adolescente, surgiram uns cinco projetos de lei do nada e foi preciso fazer discussão em conjunto. O Conselheiro Vitor Pegler pede e faz o uso da palavra, informando que essas situações acontecem porque o Fundo arrecada cinquenta milhões a cinquenta e oito milhões por ano, se não arrecadasse, não teria esse problema, se o Fundo não tivesse desde 2015, construindo junto com as organizações que estão aqui, que sempre representadas as grandes organizações de São Paulo e que têm o contato com os destinatores e, por consequente, as pequenas organizações do Estado inteiro, totaliza mais de quatrocentos e sessenta municípios; Não conhecemos todos as organizações, prossegue o Conselheiro Vitor Pegler, algumas conhecemos, temos quatrocentos e sessenta Organizações com mais de mil e quinhentos projetos; se esse Fundo não tivesse funcionando, sabe quantos projetos teríamos aqui, zero. Temos ai alguns problemas de prestação, chama a Comissão para resolver, a intenção não pode ser “policialesca”; porque sem as organizações, a sociedade civil, não existiria o Conselho. O Conselho é paritário, foi criado pela Constituição paritária, para que? Para que o governo e a sociedade civil discutam, esse grupo aqui representa trezentos e oitenta organizações do Estado de São Paulo; foram eleitos legitimamente como os membros de governo, com o novo governador, todos foram indicados e legitimados; então é preciso entender qual caminho tomar daqui para a frente, se não tiver Edital, acabou a arrecadação, se esse é o problema do Estado, acabar o direcionamento que seguirá tudo para os municípios. Então, é preciso trabalhar juntos; essa é a intensão da Sociedade Civil, repito, sem as organizações sociais e sem a arrecadação não terá projetos. Agora temos mil e trezentos projetos, foi igual ao que gerou a CPI das ONGs, que no final, gerou MROSC; foi aquele escândalo do Ministério do Esportes que estava sob a tutela de um partido, sem citar nomes, que o escândalo dos mil projetos que eram para atender mil crianças e que atendiam apenas dez. Isto não ocorre neste Conselho, nós sabemos, e se houve um equívoco, se tem problema de prestação de contas, que não executou, que se glose. Prossegue o Conselho Vitor Pegler, enquanto presidente não fui contra a nenhuma glosa, agora houveram problemas na administração anterior, houve um gestor aqui na administração anterior que tirou todas as prestações de contas das DRADS, chegou um “fulano aqui” com o aval da Secretária e fez essa grande bobagem e hoje para recuperar as DRADS na prestação de contas será difícil; também só quatro funcionários, mas anterior estava tudo organizado, já vinha os processos das DRADS com a prestação de contas e a justificativa da DRADS, afinal são as Diretorias regionais que conhecem a Organização na região, aqui não temos Organizações fantasma, se as organizações possuem o CRCE é porque já foram auditadas. Então se essa parceria tem problemas, isso só é possível porque o fundo arrecadado e se o fundo parado arrecadado, acabam os problemas, não precisa da FAPETEC; não precisa gastar quatro milhões do fundo; cessam os problemas; acredito que não seja a ideia e a intenção do Secretário Gilberto Nascimento, que já foi Secretário da SEDS e com maestria, com pessoal competente; e como continua com o pessoal, eu acho que isso é conversa, ajustes fazer os debates, tem que haver respeito, tanto a sociedade civil para o governo e vice-versa, porque esse é um órgão paritário. Ele foi criado para conversar, então a discussão de ontem chegou em uma resolução boa, agora vamos discutir com o Secretário prazo para o novo Edital e vamos seguir com mais projetos e se diminuirmos os projetos dos últimos Editais. A pandemia diminuiu os projetos, mas não diminuiu a arrecadação, porque as grandes Organizações e a seriedade desse Conselho, porque Ambev não coloca dinheiro em Conselho que não é respeitável; assim como a IBM, a Gessy Lever entre outras não colocam dinheiro onde tem dúvida. Temos de tomar muito cuidado com o que se fica publicando e com que se fica falando, isso é um risco porque o Governo passa e o Conselho fica e o Fundo fica. Esse Fundo distribuiu recurso para quatrocentos e sessenta municípios, na sua maioria municípios de até vinte mil habitantes, que não têm a mínima condição de receber recurso público, porque tem três mil habitantes. O Conselho precisa preocupar-se com essas questões, continua o Conselheiro Vitor Pegler, projetos foram classificados e os prefeitos não entram em contato; o papel deste Conselho é ligar para esses Prefeitos comunicando sobre o recurso. Para finalizar é necessário concentrar esforços no novo Edital e focar para uma arrecadação de mais de cem milhões. O Secretário Executivo informa que a lista com trinta e nove projetos sem retorno do Edital 2016/2017 será enviada para a CAMAP de modo preventivo, pois já existe duas deliberações do Conselho, os projetos somam cinco milhões que poderá ser direcionado para o próximo Edital. Ato contínuo, o Conselheiro Valter Espinola solicita urgência na agenda da reunião com o Secretário da SEDS para que as Organizações tenham tempo para captar o recurso; então, prossegue o Conselheiro Vitor, é preciso emitir os CAC’s que deverão estar disponíveis no máximo até setembro. Solicita as partes envolvidas que tenham um processo rápido para que na próxima reunião já possa deliberar a questão do Edital. Na sequência, o Presidente passa a palavra para o Senhor Armando Broggi que enfatiza a necessidade de um novo Edital e o segundo ponto é o Codigo de Ética que o Conselheiro Vitor Pegler informou que seria introduzido no Regimento Interno; então é preciso publicar um novo Regimento Interno? ou publicar o Codigo de Ética? Pergunta o Senhor Armando Broggi. O Código foi aprovado, mas não ficou definido como será publicizado. O Conselheiro Valter Espinola informa que será registrado na Ata e será a essa anexado para publicação e disponível no site. O Presidente, José Armando Hussid, agradece a presença de todos, e eu, Conselheiro Marcelo Pereira Andrade, Primeiro Secretário da Mesa Diretora, redigi a presente Ata, que se encontra à disposição de qualquer pessoa interessada, na sede do CONDECA, e será devidamente publicada no Diário Oficial do Estado São Paulo.